Orçamento da Nova República é do regime anterior

Com um orçamento tecido, item por item, pelo regime ao qual sucedeu, a Nova República nasce como uma empresa de porte, mas deficitária e cheia de dívidas, que só este ano terá que gastar Cr$ 4,4 trilhões em salários e Cr$ 2,9 trilhões em material de consumo — de cola e clips a querosene para mover seus jatinhos e **scoth** para relaxar a tensão dos servidores mais bem aquinhoados.

Parlamentares de todos os partidos, ao saírem em busca de cargos para seus protegidos, descobriram que este orçamento, à primeira vista cheio de incongruências e com números inteiramente irreais, foi elaborado sob medida para uma vitória de Paulo Maluf, que com o excesso de arrecadação poderia favorecer setores mais comprometidos com sua candidatura, em detrimento de outros onde um comportamento indiferente dissimulava muitas vezes o anseio de mudar.

Regras do arbítrio

Pelo menos em teoria, todos os números em pauta foram no entanto discutidos e votados pelo Congresso Nacional, aonde chegaram em forma de um volume de 686 páginas, com os quadros da receita e da despesa para 1985, em 25 de setembro do ano passado, acompanhando a Mensagem Presidencial nº 305/84.

Logo que chegou ao Congresso, o projeto de lei orçamentária foi distribuído a uma comissão mista que, como suas antecessoras em 21 anos de arbítrio, não podia — e continua sem poder — introduzir nenhuma emenda que acarretasse aumento da despesa global de um programa qualquer que fosse.

Sob tais condições, impostas pela Constituição militar da democracia a Castelo, o Congresso nunca cuidou de assessorar-se para ganhar do Executivo, apesar de estar jogando no campo adversário e com o juiz comprado. Como das vezes anteriores, o orçamento foi aprovado tal e qual saiu do Planalto. Se alguém se metesse a discuti-lo, daria aliás na mesma, pois a Constituição dispõe que, se até 1º de dezembro o Congresso não devolver ao Planalto o prato feito, ele se torna lei por decurso de prazo.

Em recente entrevista à Rádio JORNAL DO BRASIL, o Senador Amaral Peixoto, ao contar sua experiência como presidente da Comissão de Orçamento sob o Governo Geisel, disse textualmente que "ninguém sabia nada daquilo".

Chapéu na mão

As imposições do velho Executivo fechado pesam agora sobre a nascente Nova República, que sente na carne as conseqüências das discrepâncias orçamentárias. A verba para pagar os 600 mil servidores civis da União (Cr$ 2,7 trilhões) é por exemplo apenas ligeiramente maior que a destinada a remuneração dos 300 mil militares (Cr$ 1,9 trilhão). Em média, cada paisano subordinado ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União está recebendo por ano a metade dos ganhos de seu equivalente fardado.

O orçamento tecido para um outro modelo coloca também dificuldades à própria composição do atual Governo. Desde que o Presidente Sarney deixou a Funtevê com o Ministério da Educação de Marco Maciel, todos os pretendentes ao Ministério da Cultura passaram a correr com menos ímpeto. É que o Governo Figueiredo havia destinado à Cultura, para todo o ano de 1985, apenas Cr$ 5 bilhões, quando só a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas, sediada no Recife e vinculada ao novo Ministério, dispõe de Cr$ 12 bilhões.

Rumores para envenenar Renato Archer no Ministério da Ciência e Tecnologia encontrariam talvez mais fundamento na escassez de sua verba anual de Cr$ 823 bilhões do que em eventuais antagonismos na política do Maranhão. Para cuidar com eficiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da informática, dos pesquisadores e bolsistas que em última instância dependem dele, Archer terá de pedir recursos suplementares ao Presidente Sarney, ou então ir de chapéu na mão aos Ministérios da Agricultura, Transportes, Indústria e Comércio, Educação, Marinha, Exército e Previdência Social, que dispõem, juntos, de Cr$ 1 trilhão 55 bilhões para aplicação em ciência e tecnologia.

Até a gestão de Roberto Campos no Ministério do Planejamento, quem fazia o orçamento da União era o DASP, que logicamente se reservava a parte do leão. Transformado agora em Ministério da Administração, seu titular, Aluízio Alves, aprofunda os estudos da Reforma Administrativa, enquanto dá prioridade à extinção das mordomias. Pode ser que assim, cortando viagens, telefonemas, contas de luz e hotel dos outros, ele consiga uma maneira de aumentar a verba de Cr$ 5 bilhões que lhe foi dada para o ano todo — simplesmente a metade do quinhão que coube à Escola Nacional de Informações, do SNI (Cr$ 10,5 bilhões).

Jogos de recursos

A falta de um critério mais realista e menos político faz com que Hélio Beltrão, na presidência da Petrobrás, conte com muito mais dinheiro e flexibilidade do que o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao qual ele está subordinado.

O Ministério da Desburocratização, quando se chamava Secretaria de Modernização Administrativa e era um órgão do Ministério do Planejamento, dispunha de tantos recursos que, no Governo Médici, um escândalo em torno de um convênio com o Itamarati alijou do cargo o então secretário Smil Ochs. Hoje, com Cr$ 1,5 bilhão para o ano todo, o Ministro Paulo Lustosa só pode mesmo tocar o Projeto Cidadão, porque a desburocratização de que o país precisa depende é da Reforma Administrativa pela qual Aluízio Alves se empenha.

Na mesma linha das reformas segue o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrários, Nélson Ribeiro, que teve a sorte de herdar o INCRA, cuja disponibilidade — para uma folha de pagamento de apenas Cr$ 23 bilhões — é de Cr$ 162 bilhões. Mas, como para desapropriar terras improdutivas, indenizando os proprietários, ele precisaria de muito mais dinheiro, Ribeiro tratou de fazer o que nunca preocupou a Velha República: cobrar Cr$ 2,4 trilhões de Imposto Territorial Rural que os latifundiários não pagam desde 1980.

O Ministro de Urbanismo e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, ficou com Cr$ 286 bilhões do Ministério do Interior, quase a metade dos quais já está porém comprometida com obras de saneamento. Só o Projeto Cinturão de Esgoto da Baixada Fluminense foi orçado em Cr$ 900 bilhões.

O "CONSUMO" DOS GABINETES

	Cr$ milhões
Presidente da República	6901
Secretaria de Planejamento	2486
Ministro da Agricultura	198
Ministro das Comunicações	53
Ministro da Educação	65
Ministro da Fazenda	316
Ministro da Indústria e do Comércio	62
Ministro do Interior	305
Ministro da Justiça	74
Ministro das Minas e Energia	32
Ministro da Previdência e Assistência Social	32
Ministro das Relações Exteriores	——
Ministro da Saúde	83
Ministro do Trabalho	301
Ministro dos Transportes	63

Nota: O Orçamento não discrimina os gabinetes dos ministros militares nem o das Relações Exteriores.

A verba do "scotch"

Papel, caneta, cola, clips, o querosene dos jatinhos e o **scotch** antes sorvido por altos funcionários e convivas da Velha República, especialmente os da área econômica, são comprados com a dotação **Material de Consumo**, que este ano é de Cr$ 7 bilhões para o Judiciário, Cr$ 13 bilhões para o Legislativo e Cr$ 1 trilhão 550 bilhões para a Presidência da República e os Ministérios.

A Câmara dos Deputados, em agosto do ano passado, previu uma despesa de Cr$ 3 bilhões com material de expediente, gasolina, lâmpadas, cafezinho e outros itens. O então Ministro Delfim Neto, encarregado da proposta orçamentária, concedeu-lhe 50% a mais, consignando Cr$ 4 bilhões 500 milhões, ou Cr$ 9 milhões por deputado/ano. No entanto, o Conselho de Segurança Nacional, que não tem 479 autoridades do nível dos congressistas, recebeu Cr$ 4 bilhões 738 milhões, enquanto ao gabinete do Presidente da República coube uma verba de Cr$ 6 bilhões 901 milhões.

Ao Senado Federal o orçamento destinou Cr$ 5 bilhões 724 milhões para material de consumo, correspondendo Cr$ 86 milhões a cada um dos 66 senadores. O total inclui Cr$ 2 bilhões 214 milhões para o Centro Gráfico, encarregado da edição do **Diário do Congresso** e todos os avulsos de projetos, resoluções e outros atos em tramitação. Mas, como a imprensa noticiou a 7 de janeiro, a Mesa então presidida por Moacir Dalla (PDS-ES) destinou a cada senador uma verba de 20 vezes o maior valor de referência (na época, Cr$ 87 mil 997) para a compra de um pacote de material de escritório com 17 itens — de barbante à borracha. A vantagem, concedida aos senadores em novembro de 1984, foi estendida aos deputados logo em seguida.

Cada deputado ou senador custa ao Brasil, segundo o orçamento, Cr$ 65 milhões mensais, já que os congressistas são 548, implicando uma despesa total com o Legislativo de Cr$ 433 bilhões/ano. Este custo, entretanto, é apenas a média. A despesa do Senado — que tem 69 membros — foi fixada em Cr$ 187 bilhões, contra Cr$ 213 bilhões da Câmara, que tem 479 deputados. Assim, enquanto um senador custa ao Tesouro Cr$ 2 bilhões 700 milhões/ano, um deputado sai por Cr$ 444 milhões, embora na prática façam a mesma coisa.

O orçamento de 1985 fixou para o Legislativo — Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União — uma dotação de Cr$ 264 bilhões para pagamento de pessoal. Mas as duas Casas do Congresso contam também com uma verba de Cr$ 70 bilhões para pagamento de serviços de terceiros. Foi a existência dessa verba que permitiu pagar os passageiros do **trem-da-alegria** — centenas de recomendados e parentes de parlamentares que o Senador Moacir Dalla admitiu sem concurso para a Gráfica do Senado.

É ainda a verba para serviços de terceiros que permite a senadores e deputados contar com assessores de nível superior para a elaboração de minutas de discursos, projetos, relatórios e pareceres sobre assuntos que vão da agricultura à informática. Tais assessores têm um salário-base em torno de Cr$ 4 milhões que, acrescido de horas extras, apartamento funcional e outras vantagens, chega no fim do mês a cerca de Cr$ 9 milhões.

A produtividade, no entanto, é muito aquém do desejável, e desde 1966 uma centena de jornalistas, economistas, advogados e outros profissionais, como consultores do IPEAC (Instituto de Pesquisas Estudos e Assessoria do Congresso) produzem, cada um, 100 discursos, projetos, pareceres e pesquisas por mês, ao preço unitário de Cr$ 15 mil, como **free-lancers** de alta eficiência mas baixa remuneração. A direção do Instituto, composta de parlamentares, pouco fez para reparar o achatamento, muito embora pela presidência tenham passado, por longo tempo, José Sarney, quando Senador, e Paulo Maluf, no auge da campanha. Flávio Marcílio, como Presidente da Câmara e companheiro de Maluf na chapa à Presidencia da República, não deu ao IPEAC aquilo de que necessitava: reconhecimento, estímulo e equipamento.

Com o restabelecimento da função fiscalizadora do Congresso em matéria econômico-financeira, já se pensa na criação de uma nova assessoria técnica que capacite os parlamentares a se envolverem com a discussão desses temas cada vez mais complexos. Mas muitos deputados — justamente os que mais trabalham — encaram com ceticismo as iniciativas do gênero, chegando a apostar que os cargos acabarão preenchidos por parentes e apadrinhados, como ocorre tradicionalmente com os cargos de secretárias e auxiliares administrativos.

Não são poucos os que indicam a mulher ou um filho para um lugar na Câmara, em seus próprios gabinetes, ganhando até Cr$ 3 milhões por mês, e enquanto o titular do emprego fica em casa, um subempregado faz o trabalho por ele, ganhando menos da metade do total proporcionado pelos cofres públicos.

Comprovável através da folha de pagamentos, essa situação é remediada de dois em dois anos por uma resolução da Mesa Diretora, que manda contratar os subempregados — oficialmente chamados de **designados** — e realiza concurso interno para sua promoção, garantindo-lhes uma carreira na Câmara. Esses concursos internos, feitos em geral ao mesmo tempo que outros, para admissão regular ao quadro de pessoal, causam confusões sistemáticas. Os candidatos, vendo os **designados** serem chamados antes para contratação, acorrem em massa à Justiça.

Painel das distorções

A dotação para pagamento de serviços de terceiros do Poder Executivo — Cr$ 2,87 trilhões — é 96 vezes maior que a do Judiciário e 40 vezes a verba do Legislativo. Esses recursos, somados à verba destinada ao pessoal regular, vão fazer face a uma despesa total de Cr$ 7,3 trilhões para pagar quem trabalha para o Governo — entre os quais 100 mil pessoas que não têm vínculo empregatício e as numerosas empresas que limpam os banheiros dos Ministérios e as mansões do Lago.

O Ministério da Administração instalou no último dia 6 o seu serviço de processamento de dados, em convênio com o Serpro, "para montar um painel completo da administração direta, que permita examinar e corrigir todas as distorções existentes no serviço público federal", mas não poderá cadastrar os 100 mil extranumerários contratados através de tabelas especiais, conhecidas como emergências, e pagos através da prestação de serviços.

A origem do mal vem de antes da Revolução de 30, como conta João Guilherme de Aragão, ex-diretor do DASP, em seu livro **Administração e Cultura**: em 1936, "a situação encontrada era de verdadeiro bazar administrativo. Servidores havia que percebiam seus vencimentos em dízimas periódicas. O Relatório Nabuco registra cargos como o de **contabilista de necrotério**, cujo ocupante era incumbido de recolher valores encontrados nos cadáveres".

Em 1967, Castelo Branco editou o Decreto-lei nº 200 que, com "o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa", dispunha que o Governo recorresse, sempre que possível, à execução indireta de tarefas, mediante contratos. E o artigo 10 do decreto lembrou-se de especificar: "A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional".

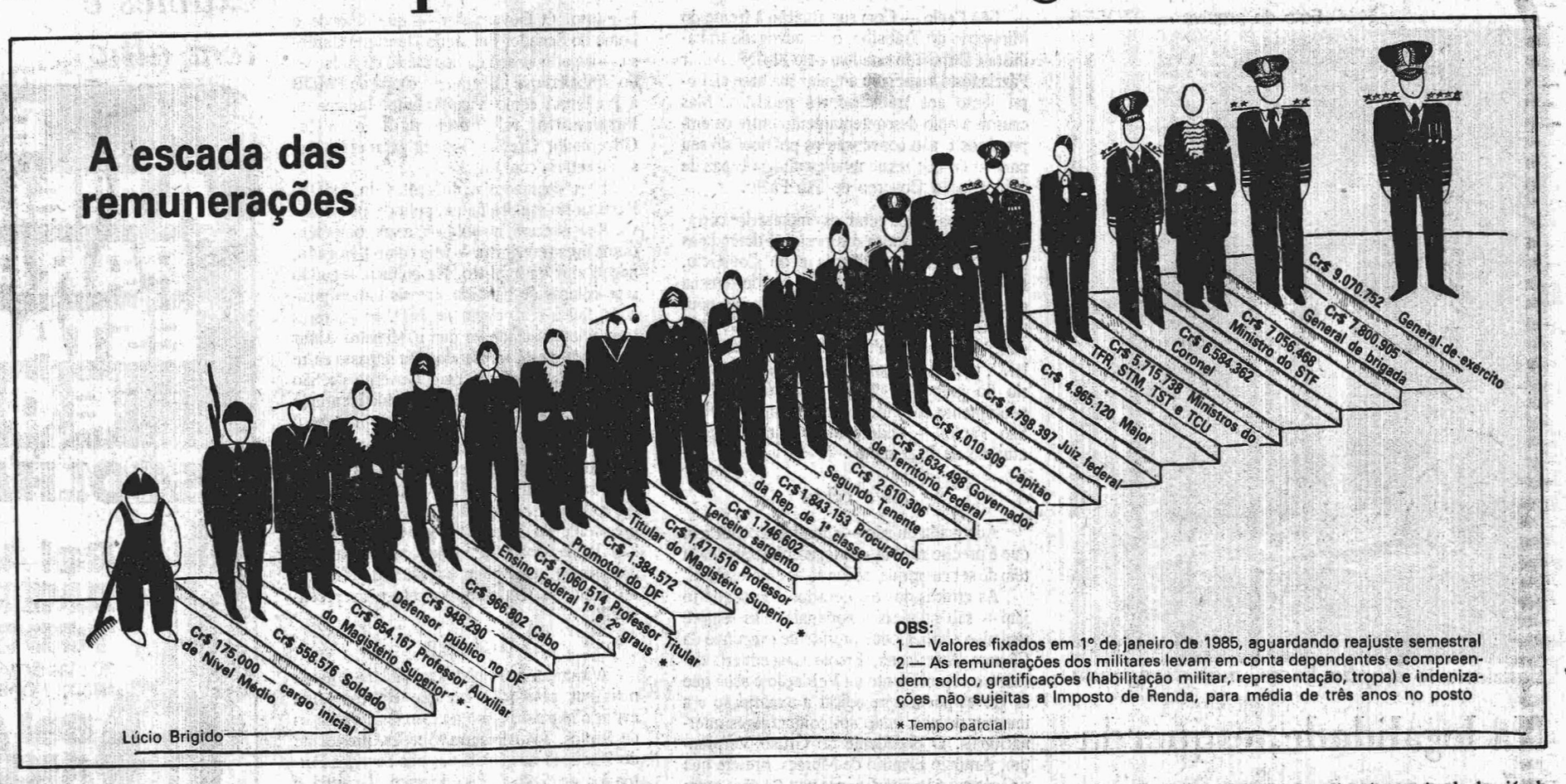
As conveniências da segurança nacional e os interesses, na maioria dos casos, muito mais particulares que públicos, levaram à contratação indireta abusiva, usando-se desde peões de obras para a vigilância bancária, segurança de prédios e substituição de contínuos e motoristas, até a possibilidade legal de contratar por tempo determinado os apadrinhados dos figurões da Velha República.

Todos os abusos foram comprovados no final de 1984 pela Comissão de Serviço Público da Câmara, mas os documentos sobre a questão até hoje não foram fornecidos aos deputados, porque a Câmara, embora disponha de Cr$ 38 bilhões 200 milhões para contratar serviços de terceiros não dispõe de recursos para contratar uma firma especializada que transcreva os depoimentos gravados em fita.

Mágica de aposentado

Para pagar os proventos dos 180 mil inativos, o orçamento consigna este ano uma dotação de Cr$ 2,2 trilhões, correspondendo a uma média mensal de Cr$ 1 milhão para cada aposentado, civil ou militar, fora da Previdência Social.

Para a grande maioria, os proventos estão muito abaixo disso, mas até a posse de José Sarney na Presidência da República, uns 30% de funcionários do mais alto escalão de ministérios e autarquias, aposentados como estatutários, permaneciam com dupla remuneração, já que contratados para seus cargos como celetistas, conforme denúncia do Deputado Celso Barros (PFL-PI), da tribuna da Câmara.

O deputado considera "uma verdadeira calamidade, que não pode continuar numa administração que tenha propósitos moralizantes", a extrema freqüência de casos de servidores que se aposentam com DAS (gratificação de assessoramento superior) e voltam como celetistas, com novo DAS, à mesma repartição. Os afortunados com duas remunerações num só emprego são estimados em 18 mil, dos quais 1 mil 200 em Brasília, excluídos os militares da reserva, sobre os quais as estimativas variam muito, embora as mais pessimistas indiquem cerca de 4 mil só na Capital da República.

ARCHIBALDO FIGUEIRA